



# COMUNICAÇÃO MADIÁTICA.

ISSN: 2236-8000  
v. 19, n. 1, p. 142-162, jan-jun, 2024

## Desmascarando a comunicação do governo federal brasileiro sobre Covid-19 na cobertura do telejornalismo

*Desenmascarando la comunicación del gobierno federal brasileño sobre Covid-19 en los informativos de televisión*

*Unmasking the Brazilian federal government's communication on Covid-19 in TV news coverage*

**Ivan PAGANOTTI**

Doutor/USP – Pesquisador CNPq e docente  
do PósCom/Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)  
E-mail: [ivan.paganotti@metodista.br](mailto:ivan.paganotti@metodista.br)

**Raphael Leal de Oliveira SANCHES**

Mestre e doutorando/Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)  
E-mail: [raphaellealoliveira@yahoo.com.br](mailto:raphaellealoliveira@yahoo.com.br)

*Enviado em: 26. jun. 2024*  
*Aceito em: 04. jul. 2024*

## RESUMO

Em meio a pandemia da COVID-19, o Ministério da Saúde (MS) organizou um documento de 26 páginas para a proteção sanitária e comunicação dos mecanismos de combate a pandemia de COVID-19. Este artigo pretende responder como este plano do MS foi apresentado pelos telejornais brasileiros e analisa como a resposta sanitária do governo federal foi transmitida ao público, construindo uma análise comparativa da cobertura do Jornal Nacional e do Jornal da Record nos dias 1º e 3 de abril de 2020 a respeito do posicionamento da Organização Mundial da Saúde em relação ao uso de máscaras descartáveis na pandemia e, após um ano, as revisões sobre este posicionamento em abril de 2021.

**Palavras-chave:** *Telejornalismo; Desinformação; Covid-19.*

## RESUMEN

En medio de la pandemia de COVID-19, el Ministerio de Salud (Mds) organizó un documento de 26 páginas para la protección de la salud y la comunicación de los mecanismos para combatir la pandemia de COVID-19. Este artículo pretende responder a cómo este plan del Mds fue presentado por los informativos de la televisión brasileña y analiza cómo la respuesta sanitaria del gobierno federal fue transmitida al público, construyendo un análisis comparativo de la cobertura del Jornal Nacional y del Jornal da Record de los días 1 y 3 de abril de 2020 en relación con la posición de la Organización Mundial de la Salud sobre el uso de máscaras desechables en la pandemia y, después de un año, las revisiones de esta posición en abril de 2021.

**Palabras-clave:** *Tele periodismo; Desinformación; Covid-19.*

## ABSTRACT

In the midst of the COVID-19 pandemic, the Ministry of Health (MoH) organized a 26-page document for health protection and communication of mechanisms to combat the COVID-19 pandemic. This article aims to answer how this MoH plan was presented by Brazilian TV news. This article analyzes how the federal government's health response was transmitted to the public, building a comparative analysis of the coverage of Jornal Nacional and Jornal da Record on April 1 and 3, 2020 regarding the World Health Organization's position on the use of disposable masks in the pandemic and, after a year, the revisions on this position in April 2021.

**Keywords:** *TV News; Desinformation; Covid-19.*

## Introdução<sup>1</sup>

Através da reflexão de Habermas (2014) sobre o papel da esfera pública na troca de informações e definição de políticas públicas, esta pesquisa pretende discutir as estratégias de comunicação de riscos apresentada pelo Ministério da Saúde (MS) brasileiro e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) durante a fase inicial da pandemia de COVID-19. O estudo contempla a necessidade desta comunicação em realidades de alertas sanitários e pandêmicos como o enfrentado no início da década de 2020, avaliando os passos desta comunicação a ser divulgada para a imprensa e população diante do aumento ou não da gravidade enfrentada.

Um elemento central na política sanitária é a divulgação de informações acessíveis, claras e fundamentadas, ponderando a urgência necessária do problema com um plano de ação exequível. O papel dos meios de comunicação de massa é salutar nessas estratégias de divulgação, e podem ocorrer tensões quando há divergências entre as autoridades (como a coordenação problemática entre as recomendações das autoridades internacionais, federais e locais, durante a pandemia no Brasil) entre o poder público e a mídia (com críticas de jornalistas sobre a fundamentação ou a implantação dos planos sanitários do poder público) ou mesmo entre veículos de comunicação (visto que diferentes meios se alinharam a posições distintas entre as defendidas pelas autoridades sanitárias em divergência).

Para avaliar como as divergências sobre planos sanitários é apresentada na mídia, este artigo realiza análise comparativa entre a comunicação dos principais telejornais do país – Jornal Nacional (JN), da TV Globo e Jornal da Record (JR), da TV Record – no primeiro ano de pandemia, buscando responder a seguinte pergunta: como foram apresentados e discutidos os planos de resposta à pandemia de COVID-19 na cobertura do telejornalismo brasileiro sobre o governo federal?

A análise desses telejornais tem como principal objetivo identificar alinhamentos ou divergências destes veículos em relação aos planos do poder público durante a pandemia da

---

<sup>1</sup> Este artigo amplia e atualiza dados discutidos na dissertação de mestrado “O posicionamento do telejornalismo da TV Globo e Record no contexto da Covid-19”, defendida em 2023 por Raphael Leal de Oliveira Sanches no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, sob orientação de Ivan Paganotti.

COVID-19. Assim, foram escolhidas três edições de cada telejornal: nos dias 1 e 3 de abril de 2020 (edições selecionadas por abordarem a alteração da política de recomendação de máscara da Organização Mundial da Saúde, no mês seguinte à chegada da pandemia ao Brasil) e no dia 1º de abril de 2021, após um ano do primeiro telejornal analisado, para assim avaliar a evolução dessa cobertura. O trabalho procura avaliar como esses veículos jornalísticos trataram a divulgação de informações imprecisas, questionáveis e até mesmo demonstrativamente falsas em um momento de crise da gestão pública da saúde internacional.

### **O debate na esfera pública**

Habermas (2014) já destacava a relação essencial entre os meios de comunicação e a participação democrática no debate público na modernidade. Havendo liberdade de expressão com livre fluxo de informações e opiniões, a opinião pública pode debater questões de relevância e influenciar o processo decisório pelas autoridades públicas, cobrando transparência sobre seus atos e justificativas sobre sua fundamentação (HABERMAS, 2014). Isso é possível pois “a consolidação da democracia moderna e das liberdades civis está relacionada ao surgimento do modelo liberal de imprensa, que se considera portadora da verdade e com a função de fiscalização sobre os governos” (STEVANIM; MURTINHO, 2021, p. 41).

A modernização dos meios de comunicação concretiza o grande poder da mídia e a sua capacidade de influenciar a grande massa, impactando a circulação de posicionamentos na esfera pública (HABERMAS, 2014). Grandes acontecimentos repercutem na cobertura midiática, e o debate sobre esses eventos também pode impactar o desenrolar dos eventos e a resposta de atores sociais e gestores públicos. Durante a pandemia da COVID-19, isso foi ainda mais potencializado pelas redes digitais e a multiplicidade de telas (KANTAR Ibope Media, 2021), consequência da evolução midiática que leva os fatos ao público de uma forma mais visível e instantânea. Apesar de toda esta rapidez e propagação de conteúdos, para a devida aplicação e aceitação do que está sendo informado, é necessário que o público confie na fonte da informação (OMS, 2018).

O surto de coronavírus envolveu o reconhecimento do jornalismo como uma instância essencial nas sociedades do século XXI. Neste caso, os dados, tanto sobre o consumo quanto sobre a avaliação da credibilidade da cobertura jornalística, reafirmam a alta relevância social do sistema

mediático no nosso mundo em momentos críticos (SOUZA, 2021, p.9).

### **Ministério da Saúde e a organização da comunicação de riscos na COVID-19**

Desde que as primeiras notícias sobre a manifestação de um novo vírus na cidade de Wuhan na China em dezembro de 2019 foram manchetes em todo o mundo, uma série de medidas, no campo da comunicação, foram adotadas no Brasil para maior promoção de informações credíveis sobre a nova pandemia e para impedir a disseminação acentuada da desinformação sobre a futura manifestação da COVID-19 no país. Afinal, como Kunczik (2002) já apontava, autoridades governamentais e seus devidos representantes são fontes importantes para a informação, e em um momento de crise, tem ainda mais responsabilidade sobre seus posicionamentos, devido ao seu potencial na influência de opiniões públicas.

É relevante ressaltar neste estudo que o Brasil se organizou para disponibilizar aos diversos veículos de informação conteúdos consistentes sobre a evolução da COVID-19. Uma das primeiras ações foi a inauguração, pelo Ministério da Saúde, no dia 22 de janeiro de 2020, do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-COVID-19) que tem como coordenação a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). “A principal função do SVS é direcionar as ações do Ministério da Saúde na resposta à possível emergência de saúde pública” (BRASIL, 2020b). O Ministério da Saúde (MS), criado pela lei 1.920 em 1953 (Biblioteca Virtual em Saúde, 2020), tem como objetivo, “dispor de condições para a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, dando, assim, mais qualidade de vida ao brasileiro” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Possuindo a responsabilidade de colaborar na geração das informações e alertas sanitários à imprensa e, por consequência, à população, o Ministério da Saúde, através da SVS, organizou um documento com 26 páginas. Esta cartilha apresentava o Plano de Contingência Nacional para a Infecção Humana pelo novo Coronavírus (BRASIL, 2020b). Com o alerta de pandemia, por parte da Organização Mundial de Saúde, as autoridades sanitárias federais buscavam “nortear a atuação do MS na resposta à possível emergência de Saúde pública, buscando uma atuação coordenada no âmbito do SUS” (BRASIL, 2020b, p.4). Ou seja, através do Ministério da Saúde e adotando os três níveis de emergência descritos

neste documento (Tabela1), o país se organiza, através do SUS, para o devido atendimento e cuidados à população.

**Tabela 1: Níveis de emergência e ações adotadas pelo Brasil através do Plano de Contingência Nacional para a Infecção Humana nos casos da COVID-19 – Brasil**

Nível de emergência:	Ações:
1- <i>Alerta</i> : risco elevado de introdução do SARS-COV no Brasil sem a apresentação de casos suspeitos;	Neste nível de resposta a estrutura do Centro de Operações de emergência (COE) é simplificada e restrita aos órgãos e instituições mais relacionados com a competência de detectar, investigar, manejar e notificar casos potencialmente suspeitos da infecção humana pelo novo coronavírus. Nesse momento inicial, várias doenças respiratórias comuns poderão ser fator de confusão. Para isso, é necessário dispor de todas as definições de caso que contemplem situações possíveis, incluindo a definição de caso excluído. Importante salientar a todos os serviços que as definições serão suficientemente sensíveis no início e progredirem para maior especificidade. No entanto, mesmo no início, alguns casos podem não se enquadrar na definição adotada. Nessas situações, deve-se avaliar caso a caso, devendo prevalecer a conduta clínica local, mesmo que o caso em questão não seja incluído para investigação, no primeiro momento.
2- <i>Perigo Iminente</i> : confirmação uma situação que confirme um caso suspeito;	A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições: XIII - para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização. Neste nível de resposta a estrutura do COE será ampliada com a presença de órgãos fora do setor saúde, mas que tenham relação com a resposta coordenada ao evento.
3- <i>Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)</i> : confirmação de transmissão local do primeiro caso de coronavírus.	Reconhecimento de declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Estas situações configuram condições para recomendação ao Ministro da Saúde de declaração de ESPIN

**Fonte: Ministério da Saúde (BRASIL, 2020b, p.5-6)**

O mais alto nível de alerta em saúde é chamado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Este alerta foi declarado pelo órgão em 30 de janeiro de 2020. Passado, pouco mais de um mês, no dia 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada como uma pandemia, conforme OPAS (2020a).

Reforçando o conteúdo de comunicação à disposição dos mais diversos meios de comunicação, o Ministério da Saúde passou a apresentar diariamente Boletins Epidemiológicos sobre a realidade da COVID-19 no país. O primeiro boletim foi publicado no dia 3 de fevereiro de 2020 (Brasil, 2020a) disponibilizando, online, à população a situação epidemiológica brasileira e mundial, além de explicar os objetivos da vigilância, as características gerais sobre a Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, entre outras informações.

Em momentos de risco e emergências sanitárias referentes a COVID-19, ocorre a responsabilidade, por parte dos órgãos públicos, de levar até as pessoas mais vulneráveis informações relevantes e em tempo real. Com isso, surge a necessidade da comunicação de riscos que tem como principal objetivo permitir “às pessoas em risco compreenderem e adaptarem comportamentos de proteção. Permite também às autoridades e peritos auscultarem e darem resposta às preocupações e necessidades das pessoas” (OMS, 2018, p. 1). Segundo o próprio órgão, esta comunicação técnica tem como principal público os políticos responsáveis pela gestão das emergências na saúde pública, agentes de comunicação, sociedade civil e as organizações privadas e públicas envolvidas na organização desta emergência sanitária.

Apesar de todo este esforço em comunicar informações sanitárias à população, a maneira como as pessoas percebem a pandemia é outro ponto relevante para se levar em consideração neste estudo sobre a realidade pandêmica. É esta percepção que contribui para que a população aumente ou diminua sua participação na adoção das medidas preventivas. Uma percepção de baixo risco diminui a o reconhecimento da gravidade da situação e limita o comprometimento com as medidas de resposta, enquanto a observação de alto risco tem efeito oposto, ampliando a identificação da ameaça e reforçando seu combate. Segundo a própria Organização Mundial da Saúde (2018), a confiança na informação é a pedra fundamental para qualquer comunicação.

Do lado contrário, a falta de confiança entre a população e os órgãos públicos sanitários, incentiva a comportamentos mais expostos à doença e, também, a uma mudança de postura referente a precaução e cuidados básicos de proteção. É justamente isso que a comunicação de riscos precisa evitar. É nesse cenário de desconfiança que a desinformação encontra ambiente propício para a multiplicação de informações falsas ou descontextualizadas:

Estas e outras questões – como a dos assintomáticos poderem transmitir ou não o vírus, do uso ou não de máscaras para evitar contaminações ou da permanência ou não do vírus em superfícies ao exterior – vieram introduzir uma diminuição da confiança das pessoas nos préstimos da OMS (SOUSA, et al. 2020, p. 18).

O uso ou não das máscaras descartáveis para reduzir a exposição ao vírus foi um tema particularmente polêmico: parte do público e mesmo autoridades oscilaram entre a resistência e a adoção das máscaras, um tópico bastante explorado nas edições dos telejornais mais assistidos do país no começo da pandemia.

### **Análise: COVID-19 e o Ministério da Saúde nos telejornais**

Entre outras medidas sanitárias, um dos temas que gerou bastante dúvida, no início da pandemia da COVID-19, foi a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) a respeito da utilização ou não das máscaras de proteção (SOUSA, et al. 2020). Este estudo pretende construir uma análise comparativa que mostra as mudanças de posições retratadas nas reportagens exibidas nos telejornais. As edições escolhidas foram 1º e 3 de abril de 2020 (datas do debate sobre o uso ou não das máscaras sanitárias por parte da OMS) e um ano depois, em 1º de abril de 2021.

O Jornal Nacional foi exibido nacionalmente pela TV Globo numa quarta-feira, dia 1º de Abril de 2020. Nesta edição o Jornal seguiu o padrão monotemático (CAJAZEIRA et al.,2020) a respeito das reportagens exibidas sobre a COVID-19 em comparação com a edição do Jornal da Record - veja Tabelas 2 e 3.

**Tabela 2 – Jornal Nacional (JN)**

Data de exibição: 01/04/2021	Quantidade
reportagens exibidas	17
reportagens sobre a COVID-19	17
reportagens sobre outros assuntos	0

**Fonte: autoria própria**

No comparativo entre os dois telejornais, o JR exibiu maior quantidade de matérias nesta edição. Fora isso, o telejornal da TV Record, transmitiu relevante quantidade de reportagens sobre a nova pandemia, mas mudou de assunto, abordando duas matérias de outros temas que não fossem a COVID-19.

**Tabela 3 – Jornal da Record (JR)**

Data de exibição: 01/04/2021	Quantidade
reportagens exibidas	24
reportagens sobre a COVID-19	22
reportagens sobre outros assuntos	2

**Fonte: autoria própria****Jornal Nacional – edição de 01/04/2020**

Os apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos abordaram em dois momentos a coletiva de imprensa da OMS realizada em Genebra, na Suíça, contrastando com a coletiva de imprensa em Brasília do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Na primeira reportagem, o JN ressaltou a orientação do órgão sobre a necessidade do distanciamento social como forma de prevenção de contaminação da doença – incluindo declaração do Diretor Executivo da OMS, Michael J. Ryan. Na segunda matéria, destacou a fala do diretor Geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, que alertou para o grande número de mortos por COVID-19 pelo mundo (dobro de casos em 24 horas). Ressaltou que a restrição à circulação de pessoas ajuda a limitar a propagação do vírus, mas que pode ter consequências indesejadas aos mais pobres e vulneráveis e reforçou que os governos implementem medidas de assistência social. A matéria destaca o recado do diretor Executivo da OMS, Michael J. Ryan para o Brasil: “Reforço que o monitoramento, quarentena, isolamento, testes e o fortalecimento dos nossos sistemas de saúde”, destacando que “a prioridade das máscaras é para os profissionais de frente da saúde, para os infectados e para os que cuidam destas pessoas”, concluiu o diretor Executivo da OMS.

Na cobertura da coletiva de imprensa do Ministério da Saúde, Luiz Henrique Mandetta alertou sobre a falta de equipamentos para os profissionais da saúde e respiradores para as pessoas infectadas. Pediu à população para redobrar os esforços para o isolamento

social. Ressaltou a falta de equipamentos de proteção individual em todo o mundo: “Máscaras, luva e gorro não se usam apenas para o coronavírus, se usa para operar todas as urgências.” Fez um apelo para quem tiver máscaras, levar para os médicos nos hospitais: “Eles vão precisar! Reesterelizar estas máscaras para serem usadas por mais tempo.” Destacou a importância do isolamento social: “Se relaxarmos e fizermos aglomeração, isso pode piorar a necessidade dos equipamentos de proteção hospitalar. Estamos preocupados com o estoque de equipamentos.” Sobre o uso de máscaras ressaltou a mesma orientação da OMS: “Destinado aos profissionais de saúde e doentes.” Mas, pela primeira vez, citou as máscaras de pano como opção de proteção: “Se o cidadão quer uma proteção extra, deve usar a máscara de pano. Faça a sua máscara de pano! Tem na internet. Lave com água sanitária. Tenha 4 ou 5 máscaras de uso pessoal. Lave, use e reaproveite! Agora, é lutar com as armas que a gente tem.” O então Ministro da Saúde se pronunciou sobre a utilização da cloroquina como medicamento de cura da COVID-19: “Não tem recomendação médica. Este remédio causa arritmia cardíaca. Em vez do coração bater no ritmo, ele faz com que saia do ritmo normal. Não temos segurança. Não se sabe se é bom”. A coletiva foi encerrada com a notícia da compra de 500 mil testes rápidos da China: “Estes testes começarão a ser distribuídos para todos os estados”, afirmou o Ministro da Saúde.

### **Jornal da Record – edição de 01/04/2020**

A edição do telejornal do início do mês de abril foi apresentada por Sérgio Aguiar e Adriana Araújo. Sobre a coletiva da OMS, o jornal destacou a sonora do Diretor Geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, ressaltando a sua preocupação com o número de mortos no mundo que dobrou em 1 semana e que o número de pessoas contaminadas pode chegar a 1 milhão dentro de poucos dias.

Com relação a coletiva do Ministério da Saúde, o jornal adota uma abordagem diferente da emissora concorrente e o JN). Em nenhum momento o JR cita a prioridade e a utilização de máscaras pelos profissionais da saúde, nem a realização do isolamento social.

Sobre a entrevista de Luiz Henrique Mandetta, o JR resalta o esforço do Ministério da Saúde para comprar da China os testes da COVID-19 que serão, também, distribuídos para todos os estados. Pede que todos os estados do país façam esforços financeiros para a compra de testes. O JR resalta a afirmação do Ministro da Saúde sobre o atraso na entrega

dos kits de diagnóstico do coronavírus que foram comprados do Reino Unido e que a chegada atrasará porque os 3 milhões e meio de testes estavam contaminados com o vírus.

### **Sobre as edições do JN e JR do dia 03/04/2020**

Diante de toda a realidade e novas informações sobre a recomendação ou não, por parte da OMS, sobre o uso da máscara, o dia 3 de abril de 2020 é uma data importante porque é quando o posicionamento da entidade é alterado. O Jornal Nacional inicia a sua edição do dia 3 de abril ressaltando as novas direções da OMS e do Ministério da Saúde, referentes a atualização da pandemia; já o Jornal da Record traz fala inédita do Ministro da Saúde sobre o uso da cloroquina no tratamento de pacientes da COVID-19.

### **Jornal Nacional – 03/04/2020**

Os apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos, abriram a edição com a coletiva de imprensa do Ministério da Saúde. A âncora, Renata Vasconcellos, fez questão de destacar o mal-estar entre o presidente da República, Jair Bolsonaro e o então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. O comentário da jornalista deixou claro as diferenças de pensamentos e ações da presidência da República e do Ministério da Saúde na condução da pandemia no país.

Na coletiva de imprensa do Ministério da Saúde o Jornal Nacional destacou novamente as falas do Ministro da Saúde que reforçaram a importância de evitar aglomerações para que o número de casos não cresça no país. Ressaltou que sua gestão estava fazendo de tudo para poupar vidas. Perguntado sobre as divergências com o presidente da república, disse que vê o Brasil como um paciente e que buscará na ciência o melhor tratamento. “Não existe uma fórmula pronta para esta epidemia porque o mundo não tem.” E ressaltou: “Aprendi com os meus mestres: médico, não abandona paciente, (...) orientamos a população que siga as recomendações dos seus governadores que possuem os melhores números para propor as suas medidas”. O ministro reforçou que “a sociedade que conseguir manter um código muito restrito, conseguirá passar sem espiral alta, as que tiveram maior grau de movimento, tiveram espiral alta”. O ministro conclui indicando que “quando se tem e colapso, a economia sofre muito mais. Quando se tem colapso, não se tem outra alternativa, a não ser uma quarentena horizontal, algo que não experimentamos no Brasil”.

Sobre a coletiva de imprensa da Organização Mundial da Saúde, o JN destacou que a OMS assumiu pela primeira vez que o uso de máscaras caseiras, em algumas circunstâncias, pode fazer parte de uma estratégia abrangente para coibir a COVID-19. Segundo o Diretor Executivo da OMS, Michael J. Ryan, “médicos e enfermeiras da linha de frente devem ter prioridade para as máscaras de alta proteção. Mas, usar coberturas no nariz e boca não é uma má ideia. Em algumas circunstâncias, as máscaras caseiras podem ajudar na proteção da pandemia, (...) a OMS vai apoiar os governos que adotarem este procedimento, (...) esta recomendação não anula as outras, como: lavar bem as mãos, manter o distanciamento e ficar em casa”. Já o diretor geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, advertiu: “se os países retirarem as regras de restrições de circulação de pessoas antes da hora, a COVID-19 pode reaparecer e o impacto econômico pode ser ainda mais severo e prolongado.”

O JN também ressaltou o pronunciamento da diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Gueorguieva, indicando que a pandemia paralisou a economia global e colocou o mundo numa recessão pior que a de 2008. “Mais de 90 países pediram financiamento de emergência”, afirmou. Em seguida ressaltou: “O FMI está trabalhando em conjunto com o Banco Mundial e a OMS para convencer credores a suspender a cobrança de dívidas de países mais pobres por, pelo menos, 1 ano”.

Após o comunicado da OMS sobre a liberação e recomendação de uso das máscaras caseiras, o Jornal Nacional apresentou, ao vivo, uma nota explicando o novo procedimento adotado pela Globo aos funcionários do jornalismo: todos os que estiverem dentro dos veículos da empresa e nos ambientes de trabalho deverão usar máscaras.

**Tabela 4 – Jornal Nacional (JN)**

Data de exibição: 03/04/2020	Quantidade
reportagens exibidas	17
reportagens sobre a COVID-19	15
reportagens sobre outros assuntos	2

**Fonte: autoria própria**

Conforme a Tabela 4, 17 matérias foram exibidas no total, entre conteúdos nacionais e internacionais. O JN passou a exibir reportagens sobre outras temáticas que não fosse somente a COVID-19. Após a segunda análise sobre a edição completa do principal

telejornal da Rede Globo, é possível perceber que a linha editorial do noticiário prioriza exibir as coletivas dos órgãos oficiais com seus respectivos diretores à frente. Também é importante ressaltar que, ao divulgar a mudança de recomendação da OMS para o uso de máscara, a própria dinâmica da cobertura do JN foi também afetada, adotando essa nova norma como política para toda a emissora, demonstrando alinhamento dos jornalistas com as autoridades sanitárias e reforçando, perante a população, a importância desta medida.

### **Jornal da Record – 03/04/2020**

O Jornal da Record foi apresentado em 3 de abril de 2020 por Sérgio Aguiar e Adriana Araújo. O JR destacou uma entrevista do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que não foi exibida por sua rival - TV Globo (JN) na mesma edição deste dia: Luiz Henrique Mandetta, até então, se manifestava contrário ao uso da cloroquina no tratamento das vítimas por COVID-19. O Jornal da Record, destacou o novo posicionamento do ministro que admitiu, pela primeira vez, a utilização do tratamento: “Estávamos adotando o tratamento para os pacientes críticos. Vamos adotar para os graves sem a necessidade de CTI, mesmo que as evidências sejam frágeis para que os médicos tenham a opção de poder utilizá-los”, ressaltou a declaração do Ministro.

Nesta mesma edição, o JR destacou a afirmação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que a medida mais eficaz para conter a pandemia é o confinamento – algo pouco destacado pelo telejornal até então. Ao mesmo tempo, ressaltou a necessidade do acompanhamento de ações econômicas para a garantia e a subsistência da população, principalmente dos mais pobres. Sobre o pronunciamento oficial da OPAS (Organização Pan- Americana da Saúde) a respeito do uso das máscaras cirúrgicas para os profissionais da saúde (OPAS, 2020b) e máscaras não cirúrgicas para a população em geral, o JR não exibiu nada a respeito deste assunto, ao contrário do JN que dedicou longo tempo na temática e inclusive passou a adotar máscaras para seus repórteres.

**Tabela 5 – Jornal da Record (JR)**

Data de exibição: 03/04/2020	Quantidade
reportagens exibidas	29
reportagens sobre a COVID-19	23
reportagens sobre outros assuntos	6

**Fonte: autoria própria.**

No comparativo entre os dois telejornais, o JR exibiu maior quantidade de matérias nesta edição (Tabela 5). Fora isso, o telejornal da TV Record, transmitiu relevante quantidade de reportagens sobre a nova pandemia e mudou de assunto mais vezes, em comparação com a edição passada de 1º de Abril de 2020, com a exibição de 6 reportagens sobre outros assuntos.

A Organização Pan- Americana da Saúde (OPAS), ligada a OMS, divulgou no dia 6 de Abril de 2020 (segunda-feira), ou seja, logo após os telejornais terem exibido em seus noticiários na noite da sexta-feira, a orientação sobre a utilização de máscaras cirúrgicas. Neste documento oficial, o braço da Organização Mundial da Saúde na América Latina, ressalta que o uso de máscaras cirúrgicas deve ser priorizado para os profissionais da saúde (OPAS, 2020b) e orienta sobre a utilização de máscaras não cirúrgicas.

Enquanto isso, os tomadores de decisão podem se adiantar e orientar o uso de máscaras não cirúrgicas. Onde isto acontecer as seguintes características relacionadas às máscaras não cirúrgicas devem ser levadas em consideração:

- Número de camadas de tecido.
- Respirabilidade do material utilizado.
- Não passagem de água pelo tecido/Qualidades hidrofóbicas.
- Formato da máscara.
- Ajuste da máscara (OPAS, 2020b, p.3).

### **Sobre as edições do JN e JR do dia 01/04/2021**

Após 12 meses de intervalo na análise comparativa deste estudo, um ano depois do impasse da OMS entre recomendar ou não a utilização de máscaras para a população, o Ministério da Saúde teve trocas constantes de ministros (Motta, 2021), permanecendo no poder o quarto empossado: Marcelo Queiroga (os outros ministros que passaram pelo Ministério da Saúde foram: Luiz Henrique Mandetta no início da pandemia, Nelson Teich e Eduardo Pazuello).

Os repórteres das duas emissoras passaram a utilizar máscaras também em frente às câmeras. As determinações partiram, respectivamente, das duas emissoras. No caso da TV Globo (2021), a recomendação começou a valer no dia 4 de maio de 2020. Já a TV Record passou a adotar o mesmo procedimento três dias depois, em 7 de maio de 2020, conforme Ricco (2020).

### **Jornal Nacional – 01/04/2021**

O Jornal Nacional do dia 1º de abril de 2021 foi apresentado por William Bonner e Renata Vasconcellos.

**Tabela 6 – Jornal Nacional (JN)**

Data de exibição: 03/04/2021	Quantidade
reportagens exibidas	20
reportagens sobre a COVID-19	11
reportagens sobre outros assuntos	9

**Fonte: autoria própria.**

Não houve nenhuma matéria abordando as coletivas de imprensa ou orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde como ocorreu nas edições analisadas anteriormente. Houve mudança na dinâmica das reportagens do Jornal Nacional da Rede Globo com a inclusão de informações sobre o início da vacinação em todo país. Além do boletim diário, dentro da edição do telejornal com o número de pessoas contaminadas pela COVID-19, o JN passou a, também, acompanhar com boletim diário, o número de pessoas vacinadas em todo país desde dezembro de 2020, início do programa vacinação em todo o país (BRASIL, 2021).

### **Jornal da Record – 01/04/2021**

O Jornal da Record no dia 1º de abril de 2021 foi apresentado por Christina Lemos e Luiz Fara Monteiro.

**Tabela 7 – Jornal da Record (JR)**

Data de exibição: 01/04/2021	Quantidade
reportagens exibidas	29
reportagens sobre a COVID-19	23
reportagens sobre outros assuntos	6

**Fonte: autoria própria.**

É possível perceber uma semelhança na quantidade de matérias exibidas, temáticas e outros assuntos referentes nas edições comparativas do JN e JR. O fato de ter começado a campanha de vacinação no país (OPAS, 2021b) é um dos indicativos, através desta pesquisa, para maior uniformidade da informação, apesar de cada um dos telejornais terem suas características diferenciadas em todas as edições comparadas.

**Gráfico 1 – Comparativo matérias exibidas - JN e JR : 01/04/2021**

Fonte: autoria própria.

A comparação demonstra algumas pequenas diferenças entre os dois principais telejornais brasileiros no resultado do balanço dos casos da COVID – 19, a respeito do número de mortos e contaminados. Ainda que a abertura a posições divergentes seja essencial no debate democrático, a falta de uniformidade na comunicação de questões científicas e de políticas pública, durante uma emergência sanitária, trouxe impactos para a adoção ou a resistência de segmentos da população em relação às medidas de combate à pandemia (Souza, et al., 2021).

### Considerações finais

Este estudo teve o intuito de contextualizar, a organização da comunicação, sua importância e efeitos na sociedade. A pesquisa discute a comunicação de riscos numa pandemia tão particular e devastadora. Os efeitos foram sentidos na esfera pública atual, diante de uma organização de comunicação administrada nacionalmente pelos órgãos de governo (MS) e internacionalmente (OMS), através de suas fases de comunicação e ação, observando o comportamento do vírus. A organização da comunicação de riscos foi organizada e elaborada, mas a fragilidade ocorreu na prática desta comunicação.

Mudanças de posicionamento, resultados da própria dinâmica da pandemia, nem sempre foram comunicadas de forma adequada: era importante destacar que novas pesquisas e a própria evolução do vírus levaria a mudanças nas recomendações das autoridades sanitárias, mas muitas vezes essas alterações foram vistas como divergências ou insegurança dos responsáveis pelo combate à pandemia. Perdido em uma situação sem precedentes, o público acabou confuso, entre comunicados divergentes, como aconteceu no caso das mudanças sobre o uso de máscara, discutido nesta análise.

Evidentemente, a divergência entre instâncias governamentais e até a troca de ministros da saúde sinaliza transtornos internos na gestão sanitária: dependendo de qual autoridade estava na frente dos microfones, ora o vírus foi tratado como uma ameaça terrível, ora foi minimizado, fazendo com que a população se questione sobre o que, de fato, acontecia e o que deveria ser feito.

Nas análises comparativas entre os dois maiores telejornais brasileiros, o estudo conclui ações diferenciadas na comunicação e informação. As duas edições do JN em 2020 priorizaram trechos das coletivas de imprensa do MS e da OMS, reforçando a unidade entre os dois órgãos sobre a informação da pandemia e os cuidados com a higienização, distanciamento social e isolamento, acreditando que esta seria a melhor forma de comunicar à população o que estava acontecendo. Fora isso, as edições do JN mostraram o placar dos casos do coronavírus no país, apresentando o número de contaminados e mortos nas últimas 24 horas e o total de casos. O telejornal da Rede Globo foi o único a abordar em ambas as edições o uso das máscaras, destacando que as sanitárias deveriam ser reservadas para os profissionais da saúde, enquanto as de pano poderiam ser usadas pelo público em geral. O JN apresentou um tom mais crítico à postura do governo federal frente a pandemia evitando exibir entrevistas de representantes ou ministros do executivo além de Mandetta. Numa das matérias, destacou a falta de comprometimento do Palácio do Planalto para evitar a disseminação do vírus desde o início da pandemia. Os 36 eventos oficiais realizados com a presença do Presidente da República foram repletos de aglomerações e com o mandatário sem máscara. O telejornal da emissora não deixou de mostrar as ações na economia do governo federal como liberações do auxílio emergencial para os trabalhadores informais.

Já as edições de 2020 do JR exibiram maior quantidade de reportagens sobre a nova pandemia e outras temáticas do que o JN. Alinhado à aproximação política da emissora e da liderança bolsonarista, o JR valorizou as ações do governo federal, apresentando possíveis entrevistas e coletivas do presidente e seus ministros. Nos boletins com o placar do coronavírus, mostrou o número de pessoas contaminadas pela COVID-19 no país, número de mortos e o saldo total, além dos casos de pessoas recuperadas em 24 horas e o total de recuperados – um elemento sempre privilegiado na comunicação oficial do MS de Bolsonaro. Já no giro pelo mundo, adotou a mesma postura que a concorrência: número de mortos e contaminados pela COVID-19. O diferencial foi a apresentação do número de recuperados. Na edição do dia 03/04/2020, o JR mostrou algo que não foi abordado pelo Jornal Nacional:

a mudança de postura do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, sobre a utilização da cloroquina no tratamento de pacientes contaminados pela COVID-19. O então ministro era contrário ao tratamento e reforçou, no trecho analisado, que as evidências da eficácia do tratamento eram já “frágeis”, mas passou a admitir naquele momento a utilização do medicamento para os casos mais graves da doença. O JR apresentou pesquisas científicas à procura de uma cura ou confecção de vacinas para o coronavírus, ações não apresentadas pelo JN em nenhuma de suas edições. Da mesma forma que seu rival, mostrou o auxílio emergencial.

Ao final da análise, o estudo ressalta a definição da adoção da máscara de pano pela OMS como opção de proteção ao contágio da COVID-19. A demora nesta conclusão foi evitar que a população se sentisse totalmente protegida e esquecesse de executar os outros cuidados: lavar bem as mãos, álcool gel e o distanciamento social.

Um ano depois, em abril de 2021, o JN e o JR apresentaram convergências: os repórteres de ambas as emissoras já adotavam máscaras de proteção. Nas abordagens das matérias, as duas emissoras realizaram conteúdos valorizando os profissionais da saúde, exemplos de pessoas que se recuperaram do vírus pelo mundo e os avanços da campanha de vacinação iniciada no país - mostrando o placar de vacinação com as aplicações das 1ª e 2ª doses contra a COVID-19, atualizando sempre o número de pessoas contaminadas e mortas pelo novo coronavírus. Ainda assim, o JR permanecia apresentando, em todas as suas edições, o número de recuperados da doença no Brasil e no mundo.

Em conclusão, este estudo aponta que a campanha de vacinação, nas edições estudadas do dia 1º de abril de 2021, aproximou a linha editorial dos telejornais concorrentes. Ainda que grupos antivacina tenham tentado dissuadir o público, o grande interesse sobre a vacinação uniu a cobertura desses dois veículos, que se alinharam na divulgação das campanhas de imunização.

## REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Aniversário da criação do Ministério da Saúde. **BVMS**, 2020. Disponível em: <https://bvms.saude.gov.br/25-7-aniversario-de-criacao-do-ministerio-da-saude-2>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública COE-COVID-19. **Boletim Epidemiológico**, v.2. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2020a. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/Boletim-epidemiologico-COEcorona-SVS-13fev20.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 13 Fev. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/livreto-plano-de-contingencia-espin-coe-26-novembro-2020>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à COVID-19. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 7 Out. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-vacinacao-covid-19>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CAJAZEIRA, Paulo Eduardo Silva Lins et al. A monotematização da cobertura jornalística da Covid-19 no Jornal Nacional e Jornal da Record. **Revista Pauta Geral: estudos em jornalismo**, Ponta Grossa, v.7, p.1-17, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/16968/209209213862>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FISCHER, Desmond. **O Direito de Comunicar: Expressão, informação e liberdade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GLOBO, Jornal Nacional. Repórteres da Globo vão passar a usar máscara inclusive diante da câmera nas ruas. **G1**, 4 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/04/reporteres-da-globo-vao-passar-a-usar-mascara-inclusive-diante-da-camera-nas-ruas.gh.html>. Acesso em: 26 jun. 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

KANTAR, Ibope Media. *Consumo de vídeo bate recorde no Brasil*. Kantaribopemedia, 09 mar. 2021. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/consumo-de-video-bate-recorde-no-brasil/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

KUNCZINK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul – Manual de Comunicação**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Missão, visão e valores institucionais. **MS**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MOTTA, Anaís. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da saúde da pandemia. **UOL**, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuella-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>. Acesso em: 26 jun. 2024.

OPAS. **Folha informativa – COVID-19**. Washington: Organização Pan-Americana da Saúde, 2020a. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso em: 26 jun. 2024.

OPAS. **Orientação sobre o uso de máscaras no contexto da COVID-19**. Washington: Organização Pan-Americana da Saúde, 6 Abr. 2020<sup>b</sup>. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51994/OPASBRACOV1920041\\_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51994/OPASBRACOV1920041_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 26 jun. 2024.

OMS. **Comunicação de riscos em emergências de saúde pública**: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2018. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259807/9789248550201\\_por.pdf?ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259807/9789248550201_por.pdf?ua=1). Acesso em: 26 jun. 2024.

RICCO, Flávio. Record também determina que repórteres passem a usar máscara na TV. **UOL**, 5 maio 2020. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/colunas/flavio-ricco/2020/05/05/record-tambem-determina-que-reporteres-passem-a-usar-mascaras-na-tv.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SOUZA, Sheila Rodrigues et al. **Ciência e SUS no cotidiano**: reflexões sobre a cobertura midiática durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. Brasília, Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2309/3885>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SOUZA Vitor de. et al. Riscos, dilemas e oportunidades: atuação jornalística em tempos de COVID-19. **Revista Estudos em Comunicação**, Portugal, n. 31, p. 1-33, 2020. Disponível em: <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/881/pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

STEVANIM, Luiz Felipe; MURTINHO, Rodrigo. **Direito à Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2010.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### **IVAN PAGANOTTI**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e pesquisador do CNPq (PQ-2). Realiza pós-doutorado no TIDD/PUC-SP, sob orientação de Pollyana Ferrari. Doutor em Ciências da Comunicação pela USP.

*E-mail: [ivan.paganotti@metodista.br](mailto:ivan.paganotti@metodista.br)*

### **RAPHAEL LEAL DE OLIVEIRA SANCHES**

Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), sob orientação do Prof. Dr. Ivan Paganotti, desenvolve pesquisa com bolsa CAPES. Coordenador e docente do curso de jornalismo da Faculdade Canção Nova.

*E-mail: [raphaellealoliveira@yahoo.com.br](mailto:raphaellealoliveira@yahoo.com.br)*